



Poderia ter sido pior

Congresso/ Outro golpe na CLT

A MP da Liberdade Econômica altera itens das leis trabalhistas

A emenda não saiu pior do que o soneto, mas quase. No fim das contas, para aprovar a chamada Medida Provisória da Liberdade Econômica, o relator Jerônimo Goergen eliminou vários dos penduricalhos enxertados por parlamentares que representariam um tiro de misericórdia na Consolidação das Leis do Trabalho. Os contrabandos na MP foram patrocinados por empresários e tinham pouca relação com os propósitos iniciais do texto enviado pelo governo ao Congresso, destinado a reduzir a burocracia das empresas.

Pontos prejudiciais aos empregados permaneceram, no entanto, na proposta, entre eles a permissão para o trabalho aos domingos e feriados sem a necessidade de aprovação em convenção coletiva. A partir de agora, um funcionário terá garantida apenas uma folga aos domingos a cada

quatro semanas. As demais podem ocorrer em outros dias da semana.

Também foi mantido o controle de jornada por exceção, quando o trabalhador só faz o registro do tempo se fizer horas extras ou faltar ao serviço. Segundo o Ministério Público do Trabalho, a medida aumenta a possibilidade de fraudes. “Presidente”, dirigiu-se o deputado Glauber Braga, do PSOL, a Rodrigo Maia, “se acha tão normal isso, vamos marcar as sessões da Câmara aos domingos. Os deputados folgam outro dia.”

Os parlamentares derrubaram a aplicação do Direito Civil no lugar da CLT em contratos de funcionários que ganham mais de 30 mil reais por mês, a redução das multas aplicadas pelo Conselho Administrativo de Recursos Financeiros e o afrouxamento de regras ambientais e urbanísticas. Sobraram 16 dos 50 artigos da MP. Desta vez, a barbárie venceu nos acréscimos.

A Lava Jato lembra-se do Metrô

Alquebrada, a cada dia com menos apoio popular, a força-tarefa da Lava Jato busca saídas para recuperar uma parte do prestígio. Depois de guardar na gaveta, por conveniência política, as denúncias de propina no Metrô de São Paulo e na CPTM, o Ministério Público decidiu desencavar o escândalo dos governos tucanos. A delação de Sérgio Brasil, ex-diretor do Metrô, abriu essa oportunidade. Brasil corrobora as afirmações de Fábio Gandolfo, ex-Odebrecht, a respeito de financiamentos de campanhas de políticos do PSDB e do DEM em troca dos contratos de expansão das linhas de transporte. Ele tem sido chamado de “Paulo Preto do Metrô”, em referência ao ex-diretor da Dersa acusado de ser operador do tucanato paulista.

A Semana



Netanyahu na corda bamba

Outro amigo de Jair Bolsonaro enfrenta sérias dificuldades para governar. Daqui a um mês, os eleitores israelenses voltarão às urnas e há grandes possibilidades de o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, que não obteve maioria para formar um governo, ser defenestrado. Há dez anos ininterruptos no poder, Netanyahu tornou-se o mais longo *premier* israelense e moldou a atual imagem belicosa e extremista do país no exterior. Acossado por três processos por corrupção, ele tenta manter-se de forma patética no topo do Likud, o maior partido do Congresso. Há relatos de israelenses forçados a jurar apoio ao primeiro-ministro em aeroportos e festas. "O Likud tornou-se a legenda fantoche de Netanyahu", afirma a deputada Stav Shaffir, do Campo Democrático.



Desvario em tom mussoliniano

Itália/ O blefe de Salvini

O líder da Lega acossa o governo para se impor como salvador da pátria

Há quem diga tratar-se da "crise mais louca do mundo", mas por ora nem sequer existe. O atual governo italiano nascido da aliança entre a Lega de Matteo Salvini e o Movimento 5 Stelle estaria à beira da ruptura entre os dois partidos, de resto previsível desde o começo da aliança que tornou primeiro-ministro de conveniência o neutro Giuseppe Conte. *Deus ex machina* da tentativa de enterrar o governo, Salvini anuncia a intenção de precipitar o desenlace e de solicitar a convocação de novas eleições, enquanto insiste na proposta de encolher as duas casas do Parlamento, que conta, aliás, com a aprovação do 5 Stelle. Avisa o presidente da República, Sergio Mattarella: se a reforma constitucional destinada a reduzir o número de deputados e senadores for concretizada, um novo pleito só poderá ser convocado no prazo mínimo de sete

meses desde a queda do gabinete de Conte.

A única certeza a esta altura diz respeito ao propósito de Salvini de impor sua liderança como única saída para o futuro da Itália e a inevitabilidade da ruptura mais cedo ou mais tarde. Sem excluir a possibilidade de que o chefe *leghista* no momento se empenhe apenas em um blefe preliminar, espécie de sondagem prévia para apurar os limites da sua margem de manobra. Quais seriam as perspectivas se ao cabo o governo cair? Parece prematuro e arriscado nas circunstâncias admitir a possibilidade de um entendimento entre o 5 Stelle e o PD de raiz de centro-esquerda, ou entre Salvini e uma direita outrora berlusconiana cada vez mais decadente. Inegável é que a popularidade de Salvini cresce, juntamente com a ameaça que representa com seu desvairado extremismo, praticado em tom mussoliniano, não somente para o seu país, mas também para a União Europeia.

FILIPPO MONTEFORTE/AFP E MENAHEM KAHANA/AFP